

As Representações Cotidianas e as Correntes de Opinião

Nildo Viana*

A teoria das representações cotidianas aponta para uma distinção fundamental entre convicção e opinião¹. Essa distinção gera inúmeras outras questões derivadas, tal como o aprofundamento da análise desses dois elementos que são componentes das representações cotidianas. O nosso objetivo aqui é contribuir com a análise da formação das opiniões, inclusive devido sua importância na sociedade contemporânea, fundada num processo no qual as opiniões são mobilizadoras e muitas vezes se transformam em convicções, ganhando um significado ainda mais relevante.

Conceito e Formas de Opinião

O nosso ponto de partida necessário consiste em apresentar o conceito de opinião. O filósofo Platão (1974) opunha a *doxa* ao *logos*, ou seja, opinião e razão. Essa oposição serve para colocar um elemento presente nas opiniões: elas não possuem um embasamento racional mais profundo. No entanto, há algo mais no mundo das opiniões que Platão não percebeu. Sem dúvida, a razão é pouco desenvolvida no mundo das opiniões, mas existe algo mais além disso.

As opiniões são superficiais, não revelam os elementos mais profundos da mente dos indivíduos. Essa superficialidade mostra sua diferença em relação às convicções, que possuem uma fundamentação que as tornam muito mais arraigadas. O caráter infundado das opiniões mostra sua fragilidade. No entanto, há algo mais no mundo das opiniões que Platão não percebeu. As convicções podem ser fundadas na razão, mas também em crenças, valores, sentimentos, interesses. As convicções fundamentadas racionalmente são as mais sólidas no plano racional e em correspondência com a realidade, mas as fundadas em crenças, valores, sentimentos, interesses, são mais fortes ainda, mesmo em desacordo com a realidade. A falta de fundamento no mundo das opiniões não é apenas racional, como se afirma nas concepções racionalistas. As opiniões não possuem uma base racional, sentimental, valorativa, etc. Ou seja,

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG (Universidade Federal de Goiás), Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo.

¹ Sobre esta questão mais específica existem algumas abordagens (VIANA, 2008; VIANA, 2015; PEIXOTO, 2010) e sobre a teoria das representações cotidianas existe uma discussão mais ampla (SOARES et al., 2011; VIANA, 2008; VIANA, 2015; PEIXOTO, 2010; VIANA, 2013a).

as convicções são embasadas, seja na razão ou em crenças, valores, sentimentos, etc., e as opiniões não possuem tal embasamento.

O que são as opiniões? Um conjunto de ideias (bem como afirmações e posições) expresso pelos indivíduos sem maior coerência, rigor, fundamentação, sendo geralmente substituíveis com relativa facilidade. No entanto, isso não deve ser concebido como sendo algo totalmente desvinculado das convicções dos indivíduos. A relação das opiniões com as convicções pode ser direta (derivação) ou indireta (casualidade). É importante, nesse contexto, entender o conceito de convicção. A convicção é um conjunto de ideias que expressam a mentalidade de um indivíduo ou grupo, sendo algo sólido, possuindo uma base racional, sentimental, valorativa, etc.² As opiniões são infundadas e por isso mais maleáveis, fluidas. As convicções são fundamentadas e por isso mais sólidas e menos maleáveis³.

Um mesmo indivíduo possui diversas convicções e opiniões. No caso das convicções, elas são coerentes e estruturadas, enquanto que as opiniões podem ser coerentes ou contraditórias, entre si e/ou com as convicções. As pesquisas de opinião “pública” revelam isso. Uma pesquisa de popularidade pode colocar o presidente de um determinado país com uma popularidade de 70% e alguns meses depois 10%. As convicções não mudaram e sim as opiniões. Dos 70% de apoiadores, a maior parte o faz por opinião. Uma parte apoia por convicção (concepção política, vínculo partidário, interesses pessoais, etc.). Essa parte que apoia por convicção é mais fiel e permanente, dificilmente mudaria de posição (desde que não acontecesse nada que atingisse o vínculo de sua convicção com o presidente em questão). A parte dos apoiadores por opinião é muito mais maleável e pode alterar suas posições com relativa facilidade (embora hajam diferenças e não funcione da mesma forma com todos, como mostraremos a seguir). É por isso que as pesquisas eleitorais possuem uma grande dificuldade de prever reviravoltas, pois elas descobrem as tendências de voto que são opiniões e não convicções e por isso, alguns acontecimentos e processos sociais podem provocar mudanças drásticas no quadro eleitoral.

² “As convicções possuem sua base na mentalidade, o que remete à questão dos sentimentos, valores e crenças dos indivíduos” (PEIXOTO, 2010).

³ Até mesmo a psicologia positivista percebeu isso: “as aferições da opinião pública podem prestar um serviço quando esclarecem áreas de ignorância e má informação. Desempenham um mau serviço quando apresentam, como opinião estabelecida, o eu pode ser o produto de noções casuais, facilmente dissipadas por novas informações, ou pela transformação das circunstâncias” (ASCH, 1977, p. 462). Aqui não se chega a realizar a distinção entre opinião e convicção, mas já se percebe que nem toda opinião é “estabelecida”. A psicanálise de Erich Fromm conseguiu ser bem mais profunda ao distinguir as opiniões das convicções, sendo estas últimas, “opiniões entranhadas” (FROMM e MACCOBY, 1972).

As opiniões assumem algumas formas diferenciadas. A forma mais comum é a *opinião momentânea*. Ela emerge num determinado momento e rapidamente pode ser substituída. É o caso de um indivíduo que a partir de um conjunto limitado de informações toma posição a respeito de uma questão polêmica e ao se defrontar com outra pessoa com opinião contrária, mas mais informada e com mais argumentos, acaba mudando de opinião.

A segunda forma é a *opinião simulada*. Essa emerge em contextos de forte pressão ou repressão, bem como de efervescência social ou, ainda, devido interesses e oportunismo. Em uma determinada instituição, por exemplo, há uma votação sobre algo que parece ser consensual e um ou outro indivíduo com pouca coragem de se manifestar, acaba sendo coagido a votar a favor do que não concorda intimamente⁴.

A terceira forma é a *opinião resistente*. Essa se assemelha à convicção, mas isso é apenas aparente. As opiniões resistentes são infundadas, mas sua maleabilidade é menor, sem deixar de existir. A razão disso está na força da hegemonia ou cultura sobre os indivíduos ou em casos de pessoas que não admitem errar e assim sustentam uma opinião mesmo sem conseguir argumentar ou se convencer de sua veracidade. A opinião resistente também pode existir por causa de seu vínculo mais forte com as convicções dos indivíduos, apesar de não fazer parte delas, ao parecer coerente com elas. Outra razão para a existência de opiniões resistentes é o seu vínculo com interesses pessoais ou outros (funcionando como espécie de racionalização – no sentido freudiano do termo – para determinadas posições assumidas).

Enquanto as formas momentânea e simulada são extremamente maleáveis, a forma resistente já possui uma maleabilidade menor, mas é tão infundada quanto as demais. Na mente

⁴ Ou se omitir, abstando-se. Mas tratando-se de opinião, o referido indivíduo manifesta concordar com a posição apresentada pela maioria, dissimulando sua divergência. Isso pode ocorrer por pressão ou repressão, mas também por interesse, pois isso pode ser útil para certas pretensões dos indivíduos. Obviamente que isso varia de acordo com os indivíduos e tem a ver com personalidade. Algumas pessoas que possuem o que é chamado nas representações cotidianas de “personalidade forte”, podem, mesmo em caso de pressão, se colocar contra o que seria inclusive consensual. As experiências psicológicas a este respeito se esquecem desse fato e generalizam a submissão do indivíduo ao grupo, o que nem sempre ocorre, especialmente nestes casos. É o mesmo que ocorre não numa instituição, mas na sociedade, quando há um quase consenso em torno de algo e alguns indivíduos possuem coragem de demonstrar sua divergência. Também existem situações de dupla pressão (quando há divergência entre um grupo e a sociedade, embora no primeiro caso tenda a ser mais refletido e possa sair do âmbito da mera opinião) e esta pode gerar algumas possibilidades para o indivíduo: a) no caso de sua opinião ser a do grupo, ele pode optar por mudar efetivamente de opinião ou simular a sua para se adaptar à sociedade (na verdade, ao pensamento hegemônico), afastando-se do grupo; b) então optar por ser corajoso e ficar com a opinião do grupo e simular outra opinião diante da sociedade; c) no caso de sua opinião não ser a do grupo e sim a predominante na sociedade, pode simular que concorda com o grupo e assim garantir os vínculos e outros interesses que possa ter no interior do mesmo (e que justifica sua não saída); d) assume sua discordância do grupo e, dependendo da gravidade disso, se afasta dele.

dos indivíduos, bem como nos grupos e na sociedade como um todo, coexistem todas as formas de opinião.

As Correntes de Opinião

A dinâmica das opiniões pode ser explicada a partir de alguns conceitos fundamentais, tais como os de *correntes de opinião e forças formadoras de opinião*. Sem dúvida, outros conceitos fundamentais são necessários, tanto complementares (como hegemonia, blocos sociais, classes sociais, etc.) quanto internos da dinâmica de produção e reprodução das opiniões (como estratificação da opinião, zonas de influência, opiniões vigentes, etc.). No entanto, devido questão de espaço, focalizaremos apenas as correntes e forças formadoras de opinião, os demais ficando para outra oportunidade ou sendo apenas mencionados. Esses conceitos ajudam a entender a dinâmica das opiniões e sua mutação, sendo fundamental para a análise das alterações no mundo das opiniões.

As forças formadoras de opinião não são apenas indivíduos, como supõe a concepção individualista por detrás da ideia de “formadores de opinião”. Isso também remete à ideia de “opinião pública”. A ideia de “formadores de opinião”, muito repetida e pouco refletida⁵, remete geralmente aos jornalistas, mas também a artistas e celebridades, bem como professores e políticos e, em menor grau, cientistas. O problema dessa análise é que deixa de lado a questão de quem “forma os formadores”, para parafrasear Marx a respeito dos educadores (MARX, 1991). A formação dos formadores é apenas um aspecto da questão⁶. O outro aspecto é qual é a capacidade de expressão livre de pensamento (convicções, opiniões, teorias, ideologias, etc.) e em que instituições e condições estão tais “formadores de opinião”. A ideia de “formadores de opinião” é uma abstração e sua única utilidade é identificar um setor influente no processo de produção das correntes de opinião.

⁵ Podemos dizer que existe uma “corrente predominante de opinião” em determinados meios especializados, especialmente da área de comunicação e jornalismo, que repete isso constantemente.

⁶ Alguns percebem, sem maiores reflexões, esse processo: “Assim sendo, faz-se necessário que as instituições que *formam os formadores de opinião*, tais como universidades, comecem desde cedo a cultivar o senso ético, o amor à verdade e a reflexão sobre a felicidade, como nos ensinou Teilhard de Chardin” (HELOANI, 2005, p. 167). O autor revela senso crítico e ao mesmo tempo certa ingenuidade. Sem dúvida, compromisso com a verdade, ética, etc., são necessários e devem ser cultivadas, mas isto não é questão apenas de consciência e sim de interesses (que estão acima das consciências) e de poder, e quem detém o poder não possui interesse na verdade e por isso é uma luta que se deve tratar dentro de tais “instituições”, que não são abstrações e sim palco de relações sociais concretas, de disputas, etc. O mérito do autor é notar, sem desenvolver, a questão da formação dos formadores.

Por isso é importante, antes de analisar as forças formadoras de opinião, entender as correntes de opinião. Obviamente que isso difere da concepção de “opinião pública”. A ideia de uma opinião pública remete a concepções homogeneizadoras que se fundamentam em ideia de “coletivo” (no sentido holista, ou seja, abstrato, e homogêneo), de “maioria”, de “público”, “unidade”, que são problemáticos. Mesmo as concepções que ultrapassam uma concepção monolítica de opinião pública, ainda permanecem no reino das abstrações metafísicas⁷. Nesse sentido, a posição do sociólogo Pierre Bourdieu, segundo a qual a “opinião pública” não existe, nos parece mais adequada:

Em suma, o que eu quis dizer foi que a opinião pública não existe, pelo menos na forma que lhe atribuem os que têm interesse em afirmar sua existência. Disse que por um lado haviam opiniões constituídas, mobilizadas, grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses explicitamente formulados; e por outro lado, disposições que, por definição, não constituem opinião, se por esta palavra compreendermos, como fiz ao longo dessa análise, alguma coisa que pode ser formulada num discurso com uma certa propensão à coerência. Esta definição da opinião não é a minha opinião sobre a opinião. É simplesmente uma explicitação da definição revelada através das próprias pesquisas de opinião, ao pedirem às pessoas para tomarem posição sobre opiniões formuladas, e ao produzirem, através de simples agregação estatística as opiniões assim produzidas, este artefato que é a opinião pública. O que digo é apenas que a opinião pública na acepção que é implicitamente admitida pelos que fazem pesquisas de opinião ou utilizam seus resultados, esta opinião não existe (BOURDIEU, 1983, p. 182).

Assim, ao invés de “opinião pública”, temos *correntes de opinião* e ao invés de “formadores de opinião”, temos *forças formadoras de opinião*. A conclusão lógica disso é que precisamos analisar os conceitos de correntes de opinião e forças formadoras de opinião. As correntes de opinião⁸ são dinâmicas: elas surgem, se espalham e perecem. As correntes de opinião são relativas a acontecimentos, processos sociais e políticos, questões polêmicas,

⁷ Isso acaba mostrando a dificuldade de trabalhar com a ideia de opinião pública, gerando uma grande dificuldade em definir tal termo (FIGUEIREDO e CERVellini, 1995) e definições que pouco definem (TUZZO, 2005). Em Marías (1955), a opinião pública é a opinião privada quando é publicada, o que é algo aceitável, embora sem maior importância, mesmo porque ele a desvincula da quantidade e da opinião dominante.

⁸ Esse termo aparece em Durkheim (1974), sem maiores desdobramentos e em seu adversário intelectual da subesfera sociológica, Gabriel Tarde (1992). Para este, as correntes de opinião são “rios sociais”, “esses grandes arrebatamentos que hoje tomam de assalto os corações mais firmes, as razões mais resistentes e fazem os parlamentos ou os governos lhe consagrarem leis e decretos” (TARDE, 1992, p. 30). Aqui o conceito de opinião é diferente do que apresentamos. Ela se encaixa mais como opiniões resistentes ou convicções não-rationais (já que o autor distingue opiniões de razão e “desejo”). No entanto, Tarde teve o mérito de usar o termo e entender sua influência em certos momentos históricos. Nossa posição é mais próxima da de Julian Marías (1955), que reconhece a mobilidade, labilidade e instabilidade das opiniões.

produções culturais e ideológicas⁹, demandas sociais. Elas influenciam a formação de opiniões momentâneas, simuladas e resistentes em determinada conjuntura e por isso são conjunturais.

Durante o processo eleitoral isso é bastante visível: quando há a ascensão de alguns candidatos de forma inesperada, bem como sua queda também tende a ocorrer (inclusive pelos ataques dos adversários que temem tal crescimento), o que ocorre é o surgimento de uma corrente de opinião e sua diminuição em favor de outra corrente. Nesse caso, uma corrente de opinião surge, se espalha, mas a reação gera uma corrente de opinião contrária que lhe retira a força inicial e, dependendo da situação concreta, pode sobrepujá-la. Também podem coexistir correntes de opinião semelhantes que se distinguem por questões secundárias, mas que geram polêmicas e lutas por causa de interesses opostos que fazem sobrevalorar os aspectos secundários.

Em cada sociedade, época e conjuntura existem certas correntes de opinião que podem ser assim divididas: predominantes, vigentes, marginais. As correntes predominantes de opinião são as que dominam em determinado momento; as vigentes são fortes e presentes, mas são secundárias e menos influentes que as anteriores e podem ser divergentes delas ou variações com diferenças secundárias; as marginais são, como diz o nome, minoritárias e geralmente em antagonismo ou pelo menos oposição em relação às demais, especialmente as predominantes.

Em cada momento da sociedade capitalista, marcada por um determinado regime de acumulação, ocorre uma renovação hegemônica (a hegemonia burguesa permanece, mas assume outra forma, tal como na passagem da vigência integracionista para a neoliberal) se produz mudanças em elementos da mentalidade (convicções) que, fatalmente, gera mutações nas opiniões, gerando correntes predominantes de opinião mais duradouras sobre a própria sociedade e época, convivendo com outras mais breves e facilmente substituíveis. Assim, as correntes de opinião são dinâmicas e volúveis, mas isso varia de grau dependendo de um conjunto de determinações.

As Forças Formadoras de Opinião

Porém, não se deve pensar que as correntes de opinião caem do céu ou são produtos de indivíduos. Sem dúvida, elas surgem a partir de indivíduos, mas essa expressão imediata deve ser compreendida através do seu complexo processo de formação, que vai além do

⁹ Ou, como colocou Marías (1955), sobre as “ideologias da moda” e ele coloca também “livros discutidos”, “personalidades rivais”, “as belezas mais famosas”, “atores”, etc.

individual. Assim, se alguns atribuem aos “formadores de opinião” um papel relevante, outros já apontam para a indústria cultural, os intelectuais e os movimentos sociais (TUZZO, 2005) ou os intelectuais, jornais, governos, etc. (MARÍAS, 1955)¹⁰ apenas apontam para o mundo das aparências. A questão é bem mais complexa. Devido ao curto espaço que temos aqui, vamos apenas apresentar uma análise introdutória das forças formadoras de opinião.

O processo de constituição de correntes de opinião não ocorre no vazio. Existem bases reais (sociais) que determinam esse processo. Entre essas bases sociais podemos destacar as mentalidades (especialmente a mentalidade dominante, burguesa, *locus* das convicções), a hegemonia, o modo de produção capitalista e suas mutações (especialmente os regimes de acumulação), a sociabilidade dominante, as formas sociais (culturais, políticas, jurídicas). Nesse amplo contexto, é que podemos observar um conjunto de necessidades e interesses (de indivíduos, grupos, classes sociais), bem como convicções (mentalidade) e cultura em geral, ao lado de uma sociabilidade e vida cotidiana que caracterizam cada etapa da sociedade capitalista, expressa nos sucessivos regimes de acumulação que se desenvolveram historicamente.

É neste amplo contexto que determinadas opiniões podem florescer ou perecer, possuem base social ampla ou restrita, possuem produtores e reprodutores. Assim, é possível, nessa complexidade de determinações, observar algumas forças formadoras de opinião (e de correntes de opinião). As principais forças formadoras de opinião na contemporaneidade são o capital comunicacional¹¹, a classe intelectual, o aparato estatal, as instituições de ensino, organizações da sociedade civil (igreja e partidos, por exemplo), a internet¹². O capital comunicacional (“indústria cultural”) gera correntes de opinião e pode ser decisivo em processos políticos e sociais. O exemplo mais claro desse processo são a propaganda ideológica e os chavões elaborados pelo capital comunicacional e que acabam constituindo correntes de opinião que se espalham pela sociedade (VIANA, 2013b)¹³. A manipulação da

¹⁰ Esses autores não tratam de correntes de opinião, pois Tuzzo analisa a “opinião pública” (algo semelhante ao que abordamos) e Marías ao processo de difusão de ideias (que ele distingue de opiniões), mas ambos tratam de algo semelhante ou próximo, bem como que é possível relacionar com as correntes de opinião.

¹¹ O capital comunicacional é o conjunto dos meios oligopolistas de comunicação (redes de TV, emissoras de rádio, jornais, editoras, gravadoras, etc.).

¹² A internet é a rede mundial de comunicação via aparelhos tecnológicos (especialmente computadores e celulares), que geram diversas redes sociais de comunicação entre os usuários.

¹³ Os chavões podem ser considerados repertórios repetitivos de opiniões existentes, bastante utilizados especialmente pelos jornalistas e que são geralmente simples e curtos. “Quando falamos em lugares-comuns, logo nos vem à ideia a condição intrínseca de um nível de fala universalmente popular: vastas operações, enfim, de simplificação, ricas pelo folclore, pobres pela dessimbolização, triviais pelo uso e desgastadas pela repetição sistemática. Mas o lugar-comum há muito deixou de ser sinônimo de trivialidade, de prosaísmo. Ele habita e vem habitando as mais altas esferas do idioma. Passeia sem maiores problemas entre as conversas que vão dos botequins às claques de intelectuais. O chavão se reproduz em todos os grupos, níveis da fala, diferentes esferas sociais e

comoção com atos violentos, quando estes são apresentado sob certas formas, pode gerar uma corrente de opinião favorável à pena de morte ou redução da maioridade pena, por exemplo.

A classe intelectual atua no interior de empresas e instituições, estatais ou privadas, e por isso sua autonomia não é tão grande quando se pensa. Os jornalistas, por exemplo, possuem uma margem de liberdade limitada. A classe intelectual geralmente está subordinada ao capital (especialmente o comunicacional), ao aparato estatal (incluindo suas instituições de ensino e de cultura em geral), bem como possui seus próprios interesses, o que a predispõe mais ao conformismo, especialmente para garantir seus interesses pessoais, mas também de classe. O aparato estatal através do seu poder de financiamento e regularização (legislação), suas instituições de ensino e seu aparato comunicacional e cultural, também tem forte influência na formação das correntes de opinião. As organizações da sociedade civil são as mais diversificadas e com capacidade diferenciada de influência no processo de formação de opinião. A internet é mais recente e mais frágil, mas tem papel tanto na reprodução das outras forças formadoras de opinião, quanto no sentido de permitir um espaço para concepções alternativas e correntes marginais de opinião. Sem dúvida, no interior dessas forças formadoras de opinião, não existe consenso ou homogeneidade, pois o pequeno capital comunicacional funciona de forma diferenciada, sendo que no grande capital comunicacional existem intelectuais dissidentes e a ânsia pelo lucro possibilita opiniões divergentes. Da mesma forma, na classe intelectual existem distintas posturas intelectuais (além das frações de classe, como artistas, cientistas, filósofos, etc.), com pesos diferentes, e esse processo se manifesta também no aparato estatal, organizações da sociedade civil e internet.

No entanto, esse é o aspecto formal, pois nada diz sobre os conteúdos das correntes de opinião. Para entender os conteúdos e as distintas correntes de opinião, é necessário entender o vínculo das classes sociais e seus derivados (partidos, grupos, meios de comunicação, etc.) e seus interesses, concepções, valores, etc. O conceito de *blocos sociais* acaba sendo de importância fundamental para entender a dinâmica da formação do conteúdo das correntes de opinião. Os blocos sociais são compostos por classes sociais, frações de classes, forças políticas

categorias profissionais. Num jogo de linguagem, os chavões têm servido como autênticas peças, ao que alguns chamariam de a mais fina forma de reificação do pensamento, volta e meia sitiado por ofegantes tentativas de criatividade” (TOGNOLI, 2002, p. 19). O autor desta obra poderia ter produzido uma análise mais profunda do fenômeno, caso tivesse ido mais à realidade do que uma extensa (e eclética) bibliografia que forma um mar de citações incoerentes que pouco contribui com a compreensão do fenômeno real. Inclusive o autor acaba reproduzindo chavões, tal como a repetição por três vezes da frase “o e-mail é a mensagem”. Realmente estamos numa “sociedade de chavões”, pois até os críticos dos chavões os usam abundantemente.

(partidos, grupos, etc.), organizações, indivíduos. Eles giram em torno das classes sociais mais fortes, especialmente a burguesia e o proletariado, mas também as classes auxiliares da burguesia (devido suas condições sociais e maior influência na sociedade). Por isso podemos distinguir três blocos sociais: o dominante, o reformista e o revolucionário.

O bloco dominante é composto geralmente pela classe dominante, pela burocracia estatal, por parte das classes auxiliares, além de apoios em outros setores da sociedade¹⁴. Existem divergências e disputas internas, mas há também uma unidade de interesses que permite a existência do bloco¹⁵. O bloco reformista é composto geralmente pelas classes auxiliares da burguesia (burocracia e intelectualidade), podendo ter maior ou menor apoio de setores das classes desprivilegiadas, sendo que também possui divergências internas. O bloco revolucionário é composto geralmente pelas classes desprivilegiadas e por indivíduos oriundos de algumas das classes auxiliares (especialmente intelectuais e jovens). Cada bloco tem um conjunto de forças políticas que os expressam (partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, grupos políticos, associações, meios de comunicação, etc.). No caso do bloco revolucionário isso ocorre em alguns casos (não possuem partidos, sindicatos, movimentos sociais, etc., restando apenas organizações de base, grupos políticos, tendências no interior dos movimentos sociais, etc.). O bloco dominante tende a gerar correntes predominantes de opinião, assim como às vezes, o bloco reformista¹⁶. O bloco reformista garante a formação de correntes vigentes de opinião e o bloco revolucionário gera correntes marginais.

Assim, a formação das correntes de opinião está intimamente ligada às concepções políticas (no sentido amplo do termo, ou seja, de classe), o que é evidente em relação aos problemas sociais. Por exemplo, no debate atual sobre “terceirização” e “redução da maioria penal”, há a posição do bloco dominante a favor e a dos blocos reformista e revolucionário contra (como raras exceções, oriundas de idiossincrasias, falta de formação teórica, etc.). No

¹⁴ Podemos distinguir nos blocos sociais, os seus componentes dinâmicos e os estáticos. No plano das ideias, existem os produtores, os reprodutores e os receptores. Os dois componentes anteriores possuem interesses que os vinculam ao bloco, enquanto que os receptores nem sempre. Por exemplo, o bloco dominante consegue grande influência nas classes desprivilegiadas, que aqui são componentes receptores do mesmo, funcionando temporariamente como reprodutores sem a mesma convicção e força que os demais.

¹⁵ Em certas situações isso pode gerar crises graves, como quando a burocracia estatal (a sua parte governamental, pois dificilmente isso acontece com sua parte permanente, a burocracia estatutária) entre em conflito com setores ou, pior ainda, com o conjunto da classe capitalista. De resto, as disputas são por cargos e benefícios, ou então eleitorais entre os partidos do bloco dominante, que gera divergências secundárias. Inclusive, é isso que ocorre, também, em grande parte do conflito do bloco dominante com o bloco reformista.

¹⁶ Este anda bastante debilitado depois da ascensão do neoliberalismo (que corroeu as bases da socialdemocracia) e da crise do capitalismo estatal (que corroeu as bases do bolchevismo). No caso brasileiro isso é ainda mais grave com a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores, que passou para o bloco dominante, deixando o bloco reformista em frangalhos.

entanto, no campo da moral e outras questões, já não há mais tal evidência, pois o capital abre mão de muita coisa para permanecer no poder, especialmente as secundárias que não dizem respeito à questão da exploração, o bloco revolucionário, principalmente devido ao contingente jovem que está em sua base (além de limites teóricos), tende a encampar as novidades por seu suposto caráter progressista, tal como o bloco reformista. Em poucas palavras, o campo da moral é “negociável” pelo bloco dominante e no bloco reformista e é “confuso” no bloco revolucionário e por isso não há a visibilidade de posições claras como no que se refere à algumas questões sociais que envolvem diretamente as classes sociais. O conteúdo das correntes de opinião é, direta ou indiretamente, político.

As forças formadoras de opinião são identificadas pelos indivíduos (intelectuais, incluindo artistas, cientistas, jornalistas, etc.) e veículos (meios de comunicação, tal como jornais, televisão, etc.), geralmente condenados e responsabilizados, mas por detrás deles há algo mais, existem os blocos sociais e estes expressam uma ou outra classe social. Assim, a análise das forças formadoras de opinião nos permite perceber a luta de classes e as classes sociais por detrás da formação das correntes de opinião, através de um conjunto de mediações que tornam quase invisível sua determinação fundamental, principalmente para os empiricistas e reprodutores das ideologias dominantes.

Considerações finais

O mundo das opiniões é aparentemente simples, mas possui uma complexidade muitas vezes oculta. Aqui não foi possível abordar todos os elementos necessários para entender esse complexo fenômeno, pois precisaria discutir outros processos relacionados e derivados, inclusive a relação com as convicções (e como determinadas opiniões podem gerar convicções), entre inúmeras outras. Como uma abordagem introdutória e parcial, no interior de uma teoria das representações cotidianas, o artigo cumpriu o seu papel. Outras contribuições poderão ajudar a avançar no projeto de compreender o mundo das opiniões, sua dinâmica e características, e seu significado no interior das representações cotidianas, incluindo sua importância nas lutas sociais e mobilização da população, bem como no processo de pesquisa que muitas vezes não tem acesso às convicções e consegue acesso apenas às opiniões. Este é apenas mais um passo de um programa de pesquisa sobre as representações cotidianas.

Referências bibliográficas

- ASCH, Solomon. *Psicologia Social*. 4ª edição, São Paulo: Nacional, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- DURKHEIM, É. *As Regras do Método Sociológico*. 6ª edição, São Paulo: Nacional, 1974.
- FIGUEIREDO, Rubens e CERVellini, Silvia. Contribuições para o Conceito de Opinião Pública. *Opinião Pública*, Campinas, vol. III, nº 3, Dezembro, 1995. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50629/mod_resource/content/1/figueredo_cevellini.pdf Acessado em: 08/07/2015.
- FROMM, Erich e MACOBY, Michael. *Caráter Social de uma Aldeia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- HELOANI, Roberto. Vivendo no Limite: Quem São nossos Formadores de Opinião. REVISTA USP, São Paulo, n.65, março/maio, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13418/15236> Acessado em: 08/07/2015.
- MARÍAS, Julian. *A Estrutura Social*. São Paulo: Duas Cidades, 1955.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 8ª edição, São Paulo: Hucitec, 1991.
- PEIXOTO, Maria Angélica. As representações cotidianas do trabalho doméstico. In: MARTINS, Dilamar; MATTOS, Isabel M. e SOARES, Mauro V. *Região e poder: Representações em fluxo*. Goiânia: EdIPuc, 2010.
- PLATÃO. *Diálogos*. São Paulo: Globo, 1975.
- SOARES, Cássia et. al. Representações cotidianas: uma proposta de apreensão de valores sociais na vertente marxista de produção do conhecimento. *Revista da Escola de Enfermagem/USP*, vol.45, num. Esp. 02, São Paulo, Dez. 2011.
- TARDE, Gabriel. *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- TOGNOLI, Claudio. *A Sociedade dos Chavões*. Presença e Função do Lugar-Comum nas Comunicações. 2ª edição, São Paulo: Escrituras, 2002.
- TUZZO, Simone. *Deslumbramento Coletivo*. Opinião Pública, Mídia e Universidade. São Paulo: Annablume, 2005.
- VIANA, Nildo. *A Pesquisa em Representações Cotidianas*. Lisboa: Chiado, 2015.
- VIANA, Nildo. As Representações da Violência no Discurso Jornalístico. *Comunicação e Política*. Vol. 31, num. 02, Mai./Ago. 2013b.
- VIANA, Nildo. Imaginário e Ideologia – As Ilusões nas Representações Cotidianas e no Pensamento Complexo. *Revista Espaço Livre*, ano 5, num. 15, 2013a.
- VIANA, Nildo. *Senso comum, representações sociais e representações cotidianas*. Bauru: Edusc, 2008.